



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
Av. Narciso Silva, 1195  
e-mail:licitacoes.cpl@gmail.com Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

## Processo de Compras nº 099/2019

### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2019

#### TIPO: MENOR PREÇO

O Município de Capão do Leão, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, mediante Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO – SRP (Sistema de Registro De Preços), do tipo Menor Preço, com julgamento por item, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 95/2005 e, subsidiariamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº123/2006 e alterações posteriores, conforme descrito neste edital e seus anexos.

#### 1 – LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública será realizada através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia **01 de julho de 2019**, com início às **09h30min**, horário de Brasília - DF.

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, das **15h do dia 14 de junho de 2019** até às **9h25min do dia 01 de julho de 2019**.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

#### 2 – OBJETO

2.1. É objeto desta licitação **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PERIFÉRICOS E SOFTWARES**, pelo período de 1 (um) ano, para uso das Secretarias Municipais, conforme as especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

#### 3 – PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.4. Não será admitida a participação de empresas:

3.4.1. Que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

3.4.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

#### 4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Capão do Leão, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **5 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e global e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

5.2. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

5.5. Nas propostas deverão constar obrigatoriamente:

a) preço unitário e total, dos itens ofertados, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais;

b) especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante com exigências editalícias;

c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

d) o prazo de validade da proposta, sendo no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

e) prazo de entrega conforme disposto no ANEXO I deste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração;

f) indicação da marca ofertada, sendo **vedada a indicação de duas ou mais marcas para o mesmo item;**

g) prazo de garantia, sendo no mínimo o prazo estipulado no Anexo I;

h) indicação da conta corrente em nome da contratada para futuros pagamentos descritos na proposta escrita;

i) forma de contato (telefone/e-mail), nome, CPF, CI, cargo do responsável legal e do responsável pela assinatura do contrato;

5.6. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.7. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de lances deste pregão;

5.8. Não sendo emitida a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento/contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## **6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO**

6.1. O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.

## **7 – FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

- 7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.
- 7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.
- 7.7. Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

## **8 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

- 8.1. Após análise da proposta o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor;
- 8.1.1. Somente serão adjudicadas as propostas cujos preços finais ofertados **não excedam** o limite de referência estipulado no ANEXO I deste edital, os quais representam a média de preços do mercado;
- 8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

## **9 – HABILITAÇÃO**

- 9.1. Para habilitação, deverá a empresa vencedora apresentar, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via, **originais ou em cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.
- 9.1.1. Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.
- 9.1.2. As certidões e as declarações exigidas valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição.
- 9.1.3. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, em original ou cópia autenticada no prazo de **até 02 (dois) dias úteis após a Sessão**, prorrogável por igual prazo à critério da Administração, dentro do prazo de validade;
- 9.1.4. Para fins de autenticação de documentos, se a empresa desejar, poderá fazê-lo junto aos servidores municipais, munidos da cópia e mediante a apresentação dos originais;
- 9.1.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião deste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.1.5.1. Na hipótese de alguma restrição na habilitação fiscal, será processada na forma do art.43 Leis Complementares 123/2006 e 147/2014. (alterada pela LC nº 155/2016).
- 9.1.6. Se algum documento apresentar falta não sanável acarretará na inabilitação da licitante.
- 9.1.6.1. A comprovação de isenção ou condição semelhante, se dará com a apresentação de certidão/declaração do órgão emissor competente ou através de embasamento normativo pertinente, mediante análise do Pregoeiro.
- 9.1.7. Deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2019**  
**ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:**  
**CNPJ:**

- 9.2. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

**9.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**, que comprove a atividade econômica pertinente ao ramo do objeto licitado, em acordo com Art. 28 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

- a) Cédula de Identidade (cópia autenticada);
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual ou Certificado do MEI-CCMEI para Microempreendedores Individuais;
- c) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e posteriores alterações;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.2.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Atestado de capacitação técnico-profissional em nome da empresa proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que cumpriu de forma satisfatória o fornecimento de bens compatíveis com o aqui licitado.

**9.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata ou execução patrimonial ou Certidão Judicial Civil Negativa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
  - a1) No caso de certidão positiva, deverá a Empresa apresentar o Plano de Recuperação Judicial aprovado, comprovando a sua capacidade econômica.
- b) Prova de enquadramento da empresa através da Declaração de Enquadramento assinada pelo responsável legal da empresa ou Certidão Simplificada em micro empresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, autenticada e emitida pela Junta Comercial, dentro da validade de 60 dias, caso se tratar de ME ou EPP com exceção das MEIs, que o benefício se dá pelo Certificado do MEI – CCMEI.

**9.2.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, que deverão estar de acordo com Art. 29 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município (Alvará), relativo ao domicílio/sede do licitante ou prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, este último dispensado às MEIs;
- c) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto a Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e RGFN (Certidão Conjunta Negativa), que abranja as Contribuições Sociais;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça de Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**9.2.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

- a) Declaração que atende o disposto no art. 7º Inciso XXXIII da CF (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);
- b) Declaração de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação;
- c) Declaração expressa que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos;
- d) Declaração que não possui no quadro societário servidor ou qualquer agente público na ativa, vinculado à administração contratante;
- e) Declaração de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual, como condição para usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Declaração de disponibilidade de suporte técnico no Capão do Leão ou em um raio máximo de 50 km da sede do Município.

## **10 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregoão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

10.1.1. Caberá à autoridade competente decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

## **11 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo tiver sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## **12 – ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12.3. A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias, para fazê-lo junto ao Município ou através de e-mail, com posterior envio da Ata assinada;

12.4. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei Federal 8.666/93;

12.5. Decorrido o prazo do item 12.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele havido como desistente, ficando sujeito às sanções deste edital e se procederá os passos para chamar o próximo colocado.

Obs.: A existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar contrato, conferindo apenas uma expectativa de direito ao licitante, qual seja, a de não ser preterido caso a Administração decida pela aquisição do objeto licitado.

## **13 – CONTRATO**

13.1. Com a solicitação do objeto, a Secretaria Municipal de Finanças, convocará a Empresa vencedora para assinatura do contrato, no prazo de no máximo 10 (dez) dias, exceto quando puder ser substituído por outro instrumento hábil (Autorização de Fornecimento / nota de empenho de despesa), sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81

da Lei nº 8.666/93.

13.2. Caso a empresa não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um novo vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

13.3. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

13.4. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente licitação, até 25% do valor inicial atualizado do contrato;

13.5. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

13.6. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

#### **14 – RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

14.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, anexo I e em consonância com a proposta de preços;

14.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

14.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

14.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;

#### **15 – PRAZO DE ENTREGA**

15.1. A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada no prazo e condições descritas no **ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

#### **16 – DA GARANTIA E QUALIDADE:**

16.1. Os produtos deverão apresentar qualidade aceitável, em conformidade às exigências editalícias;

16.2. A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que, encontradas desconformidades, a coisa será devolvida mediante Termo de Devolução assinado pelo responsável da entrega e recebimento, no estado em que se encontrar;

16.2.1. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor, para reposição imediata;

16.3. Decorrido o prazo do item 16.2, a sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo;

#### **17 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. **Quando licitante**, ficará sujeito às seguintes penalidades:

17.1.1. Ficar impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente;
- c) não manter a proposta dentro do prazo de validade;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

17.2. **Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

17.2.1. Ficar impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto,

- b) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) cometer fraude fiscal.

17.2.2. Ficará sujeito ainda às penalidades de:

- a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para as entregas previstas no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;
- b) Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso de entrega, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital ou Contrato, limitado a 10 (dez) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;
- c) Multa no valor correspondente de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital ou Contrato.

17.3. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.4. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

17.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

## **18 – RESCISÃO**

18.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

## **19 – PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será efetuado após a entrega do objeto e fiscalização definitiva, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal pela Contabilidade, mediante depósito na conta bancária, informada pelo Fornecedor na proposta financeira;

19.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal;

19.2.1. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório;

19.2.2. Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar a comprovação de regularidade com o FGTS e com as Contribuições Sociais;

19.3. Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1%(um por cento) ao mês de juros;

19.4. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

## **20 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos órgãos ou entidades usuários da Ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste Edital e ao que dispõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

## **21 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

21.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº. 8.666/93.

21.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Capão do Leão, na

Secretaria de Finanças, situada na Av. Narciso Silva, nº 1195, centro, das 07h30min às 13h30min, pelo fone (53) 32751543 ou e-mail [licitacoes.cpl@gmail.com](mailto:licitacoes.cpl@gmail.com).

21.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

21.6. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

21.7. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Capão do Leão, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

21.8. O Município de Capão do Leão se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

21.9. Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

**Anexo I** – Termo de Referência.

**Anexo II** – Modelo das Declarações

**Anexo III** – Modelo da Proposta Comercial

**Anexo IV** – Minuta da Ata de Registro de Preços

**Anexo V** – Minuta do Contrato

Capão do Leão, 13 de junho de 2019.

**Jorge Xavier da Silva Júnior**  
**Pregoeiro**





Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
Av. Narciso Silva, 1195  
e-mail:licitacoes.cpl@gmail.com Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2019 – Município de Capão do Leão

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA – OBJETO

##### 1 – OBJETO:

1.1. **REGISTRAR PREÇOS** para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PERIFÉRICOS E SOFTWARES**, pelo período de 1 (um) ano, para uso das Secretarias Municipais, conforme as especificações contidas neste Anexo.

##### 2 – DETALHAMENTO E QUANTIDADES ESTIMADAS:

Item	DESCRIÇÃO – conconfigurações mínimas	Unidade	Quant. Máxima	Valor de Referência
1	Caixa com 100 ponteiros RJ45	unidade	20	R\$ 75,00
2	Caixa de cabo de rede CAT E5 305 metros	unidade	20	R\$ 330,28
3	Caixa de som ambiente alimentação USB, com duas unidades, compatível com sistema Windows e Linux	unidade	80	R\$ 44,06
4	Data Show, portátil, para projeção de imagens, com saída de luz 3200 lumens, bivolt, conectividade VGA, HDMI e USB, tipos de projeção: traseira, frontal e teto, sistema de cor: NTSC e PAL, distância máxima de projeção mínima de 10 metros, projeção máximaunidade 350 polegadas, projeção mínima 30 polegadas, vida útil da lâmpada mínima de 10.000 horas, com cabos inclusos, em embalagem lacrada pela fabricante	unidade	20	R\$ 3.450,75
5	Desumidificador de papel, com capacidade mínima de 600 folhas tamanho A4, termostato regulador de temperatura, tampa e base em poliestileno de alto impacto, bivolt	unidade	60	R\$ 272,91
6	Estabilizador 1000VA, Bivolt, mínimo 6 tomadas, amplitude de energia a partir de 170V, em embalagem lacrada pela fabricante.	unidade	100	R\$ 257,50
7	HD externo portátil, conexão USB 3.0, capacidade de armazenamento de 1TB de memória, cabo UBS incluso	unidade	20	R\$ 345,00
8	Impressora Laser Monocromática, resolução de Impressão 600x600dpi FastRes 1200dpi, velocidade do Processador 600 MHz, Conexão USB 2.0 e WI FI, capacidade bandeja mínima de 100 folhas, Compatível com sistemas Windows e Linux, cabos de força e USB	unidade	40	R\$ 1.093,15

	para conexão em computador inclusos, em embalagem lacrada pela fabricante			
9	Impressora Multifuncional com Bulk Ink de Fábrica, resolução de impressão mínimo 5760 x 1440dpi, velocidade de impressão preto: 33 páginas por minuto (ppm), color: 15 páginas por minuto (ppm), conexão USB 2.0 e WI FI, capacidade de papel mínimo entrada: 100 folhas A4, Saída: 30 folhas A4, leitor de cartão de memória, resolução do scanner 1200 x 2400dpi, compatível com sistemas operacionais Windows e Linux, cabos de força e USB para conexão em computador inclusos, em embalagem lacrada pela fabricante	unidade	60	R\$ 1.152,99
10	Impressora Multifuncional Monocromática Laser: Impressão, Cópia, Digitalização e fax, Velocidade de impressão: 40 páginas por minuto, Qualidade de Impressão: FastRes 1200, tela LCD mínimo 3 polegadas, velocidade de processador 1200 mhz, Conexão: Impressão Móvel: ePrint, Apple Air Print, Wireless Direct Printing, Certificação Mopria, Google Cloud Print 2.0, Aplicativos móveis, Padrão: USB 2.0, 1 host USB, 1 Gigabit Ethernet 10/100/1000T, 802.11b/g/n sem fio, Compatível com Sistema Operacional Windows e Linux, memória mínima de 256 MB, Saída de Papel mínimo de 150 folhas, Impressão Frente e Verso automática, Tamanho de papel suportado Bandeja 1: Carta; Ofício (legal); Executivo; Ofício (8,5 x 13 pol.); A4, A5, A6, B5 (JIS); Ofício (216x340mm); 16K (195x270mm); 16K (184x260mm); 16K (197x273mm); Cartão postal japonês; Cartão postal japonês duplo girado; Envelope nº10; Envelope Monarch; Envelope B5; Envelope C5; Envelope DL; Tamanho personalizado: A5-R; 4 x 6 pol.; 5 x 8 pol.; B6 (JIS); 10 x 15 pol.; declaração; Bandeja 2: Carta; Ofício (Legal); Executivo; Ofício (8,5x13pol.); A4, A5, A6, B5 (JIS); Ofício (216x340mm); 16K (195x270mm); 16K (184x260mm); 16K (197x273mm); Tamanho Personalizado: A5-R; 5x8pol.; B6 (JIS); declaração; Scanner base plana, Velocidade de Digitalização Preto e Branco: 26ppm/47ipm Colorido: 21ppm/30ipm, Digitalização ADF Duplex, Capacidade de alimentador automático mínima de 50 folhas, Resolução de cópia 600 x 600 dpi, Redução/Ampliação de Cópia de 25 até 400%, Envio e Recepção de Faxes, cabos de força e USB para conexão em computador inclusos, em embalagem lacrada pela fabricante	unidade	20	R\$ 2.612,93
11	Leitor Biométrico óptico com Prisma de vidro com LED visível e perceptivo, que informa a ativação automática do leitor no momento da captura da digital, modelo de leitor torre, captura de Qualquer ângulo (360°), interface USB 2.0, resolução 500DPI, voltagem 5V, área de captura 16 x 18 mm, tempo de captura ~ 500 milissegundos, tamanho da imagem 248 x 292 pixels, compatível com Windows e Linux, em embalagem	unidade	60	R\$ 693,52

	lacrada pela fabricante			
12	Monitor de Vídeo Led 19" Wide Full HD, incluso suporte com regulagem de altura (compactado/estendido) 35,1 cm/48,1 cm; cabo de energia; cabo VGA	unidade	130	R\$ 466,30
13	Monitor de vídeo Led 21,5" Wide Full HD, incluso suporte com regulagem de altura (compactado/estendido) 35,1 cm/48,1 cm; cabo de energia; cabo VGA	unidade	60	R\$ 785,00
14	Mouse óptico padrão USB, cor preta, comprimento de cabo mínimo 1m	unidade	200	R\$ 12,16
15	Nobreak 1400VA, Automático, Bivolt, mínimo 6 tomadas, conector de engate rápido para expansão de economia, 980W, com saída de 115V e autonomia de 1 hora, Estabilizador c/ 4 estágios de regulação e filtro, recarga automática das baterias, indicador de bateria com defeito, porta fusível externo com unidade de reserva e filtro de linha interno, cooler traseiro, forma de onda senoidal por aproximação retangular PWM controle de largura e amplitude, alarme audiovisual com função mute para queda de rede, subtensão, fim do tempo de autonomia, final de vida útil da bateria, sobretensão, sobrepotência, sobretemperatura, e falha no ventilador, tecla liga/desliga temporizada p/ evitar acionamentos acidentais, amplitude com limite mínimo de energia 170V	unidade	90	R\$ 757,68
16	Pen drive com 8GB de Memória, com tampa, USB 2.0	unidade	80	R\$ 24,86
17	Pen drive com 32GB de Memória, com tampa, USB 2.0	unidade	40	R\$ 56,33
18	Roteador sem Fio, 3 Antenas Fixas Omnidirecionais mínima de 3dBi COM FUNÇÃO REPETIDOR DE SINAL Taxa do Sinal: 11n: até 300Mbps (dinâmico), 11g: até 54Mbps (dinâmico), 11b: até 11Mbps (dinâmico), Segurança Wireless: WPA / WPA2,WPA-PSK / WPA2-PSK / WEP de 64/128/152-bits, Tipo de WAN: IP Dinâmico / IP Estático / PPPoE / PPTP (Acesso Duplo) / L2TP (Acesso Duplo) / BigPond, Gerenciamento: Controle de Acesso, Gerenciamento Local, Gerenciamento Remoto	unidade	40	R\$ 218,90
19	Scanner de mesa, para digitalização de documentos, resolução óptica até 600ppp, alimentador automático de folhas digitalização dupla de uma passagem, tecnologia ccd dupla de 3 linhas, tecnologia readyscan led, resolução de saída 75, 100, 150, 200, 240, 300, 400, 600ppp, velocidade de digitalização (a4)colorido (200ppp): 25ppm/50ipm monocromático (200ppp): 25ppm/50ipm cinzentos (200ppp): 25ppm/50ipm, formato suportado pdf, PDF pesquisável, jpeg, tiff, multi-tiff, bitmap, capacidade de digitalizar para e-mail, ftp, microsoft sharepoint, impressão, pastas na web, pastas na rede, voltagem de 220 v, compatível com Windows	unidade	10	R\$ 3,017,25

	e Linux, cabo USB para conexão em computador incluso			
20	Scanner portátil, de mão, com alimentação de folhas, resolução óptica: 600dpi, fonte de luz: led RGB, lado de leitura: frente/trás/duplex, interface: usb 2.0, alimentação USB, especificação do documento: largura: 50,8 – 216mm   comprimento: 70 – 356mm   espessura: 52 – 209g/m², saída resolução: 150x150dpi   200x200dpi   300x300dpi   400x400dpi   600x600dpi, cabo usb.	unidade	40	R\$ 1.106,50
21	Switch 24 portas 10/100	unidade	30	R\$ 469,12
22	Teclado ABNT II, USB, cor preta, comprimento de cabo mínimo 1m	unidade	200	R\$ 35,80
23	Transformador de energia 1500VA, bivolt, cabo bipolar, gabinete com pintura epóxi	unidade	30	R\$ 338,48
24	Computador com Processador Intel Core I5 8.700 3.6 GHZ mínimo cache 6MB, 8ª geração; Memória de 8GB DDR4 máximo de dois pentes de 4 GB cada; SSD de 240 GB mais HD de 1 TB Sata; Placa de Vídeo VGA Nvidia Gforce GTX 1050 2GB mínimo; Fonte ATX 500W reais, energia 80 plus, PFC ativo bivolt; Sistema Operacional Windows 10 PRO instalado, licenciado e pago, configurado com seus respectivos drives com etiqueta que contenha o nº do serial, colado em seu gabinete e com o respectivo CD de instalação; Gabinete com no mínimo 2 portas USB frontal e 4 traseiras, DVD-RW, cabo de força incluso, modelo torre, padrão preto e ou prata.Com garantia ofertada diretamente pela Licitante.	unidade	60	R\$ 4.045,10
25	Computador com Processador Intel Core I5 Completo 8.700 3.6 GHZ mínimo cache 6MB, 8ª geração; Memória de 8GB DDR4 máximo de dois pentes de 4 GB cada; SSD de 240 GB mais HD de 1 TB Sata; Placa de Vídeo VGA Nvidia Gforce GTX 1050 2GB mínimo; Fonte ATX 500W reais, energia 80 plus, PFC ativo bivolt; Sistema Operacional Windows 10 PRO instalado, licenciado e pago, configurado com seus respectivos drives com etiqueta que contenha o nº do serial, colado em seu gabinete e com o respectivo CD de instalação; Gabinete com no mínimo 2 portas USB frontal e 4 traseiras, DVD-RW, cabo de força incluso, modelo torre, padrão preto e ou prata. Com MONITOR de LED 19,5" com respectivo cabo e com fonte de alimentação; teclado, mouse e caixa de som. Com garantia ofertada diretamente pela Licitante.	conjunto	60	R\$ 4.842,50
26	Computador com Processador Intel Core I7 8.700 3.2 GHZ mínimo e no máximo 4.60 GHZ turbo 12MB, 8ª geração; Memória de 16GB DDR4 máximo de dois pentes de 8 GB cada; SSD de 240 GB mais HD de 1 TB Sata; Placa de Vídeo VGA Nvidia Gforce GTX 1050 2GB mínimo; Fonte ATX 500W reais, energia 80 plus, PFC ativo bivolt; Sistema Operacional Windows	unidade	15	R\$ 5.702,63

	10 PRO instalado, licenciado e pago, configurado com seus respectivos drives com etiqueta que contenha o nº do serial, colado em seu gabinete e com o respectivo CD de instalação; Gabinete com no mínimo 2 portas USB frontal e 4 traseiras, DVD-RW, cabo de força incluso, modelo torre, padrão preto e ou prata.Com garantia ofertada diretamente pela Licitante.			
27	Computador com Processador Intel Core I7 Completo 8.700 3.2 GHZ mínimo e no máximo 4.60 GHZ turbo 12MB, 8ª geração; Memória de 16GB DDR4 máximo de dois pentes de 8 GB cada; SSD de 240 GB mais HD de 1 TB Sata; Placa de Vídeo VGA Nvidia Gforce GTX 1050 2GB mínimo; Fonte ATX 500W reais, energia 80 plus, PFC ativo bivolt; Sistema Operacional Windows 10 PRO instalado, licenciado e pago, configurado com seus respectivos drives com etiqueta que contenha o nº do serial, colado em seu gabinete e com o respectivo CD de instalação; Gabinete com no mínimo 2 portas USB frontal e 4 traseiras, DVD-RW, cabo de força incluso, modelo torre, padrão preto e ou prata.Com MONITOR de LED 19,5" com respectivo cabo VGA ou HDMI e com fonte de alimentação; teclado, mouse e caixa de som. Com garantia ofertada diretamente pela Licitante.	conjunto	15	R\$ 6.014,59
28	Notebook com monitor de Led, mínimo de 15,6", Processador Core I7 3.2 GHZ, Memória RAM de 8GB DDR4, HD 1TB, Bateria mínimo 4 células 40 W, Placa de rede Wirelles, Leitor de cartão de memória, Leitor de CD/DVD, carregador de bateria bivolt, placa de vídeo dedicada máximo de 2 GB. Com sistema operacional Windows 10 PRO instalado, licenciado e pago, configurado com seus respectivos drives com etiqueta que contenha o nº do serial, colado no equipamento e com o respectivo CD de instalação; O equipamento deverá vir com descrição da marca na caixa (impressa externamente diretamente na embalagem principal, não sendo admitida colagens), IMPRESSÃO DA MARCA OFERTADA NO EQUIPAMENTO, NA LINHA DE FABRICAÇÃO DO MESMO, VEDADA O USO DE COLAGENS / PLACAS / ADESIVOS /ETIQUETAS, com garantia ofertada diretamente pela fabricante da marca.	unidade	40	R\$ 4.857,00
29	Sistema Operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 Bits Português, licença com CD de instalação do Sistema e etiqueta com número do Serial.	unidade	40	R\$ 864,85

**Obs.:** a existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar contrato, conferindo apenas uma expectativa de direito ao licitante, qual seja, a de não ser preterido caso a Administração decida pela aquisição do objeto licitado.

a) Garantia mínima de 12 (doze) meses de todos equipamentos comprados, contra problemas técnicos ou físicos que possam apresentar, conforme normas do Código de Defesa do Consumidor, prazo datado a partir do recebimento definitivo do objeto;

- b) Deverá ser repostado pela contratada aquele item que reincidir à assistência por mais de 03 (três) vezes durante o prazo de garantia, por produto equivalente novo, devidamente lacrado e nas mesmas condições iniciais;
- c) O prazo para reposição é de 10 (dez) dias a partir da notificação do 4º problema;
- d) Os produtos deverão possuir Suporte Técnico no município de Capão do Leão ou em um raio máximo de 50 km da sede do mesmo.
- e) O pagamento será efetuado após a entrega do objeto e fiscalização definitiva, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal pela contabilidade, mediante depósito na conta bancária, informada pelo fornecedor na proposta financeira;

### **3 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

3.1. Deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento/empenho, a ser definido em cada pedido, contendo as especificações/exigências constantes no Objeto.

3.2. A administração receberá provisoriamente o objeto para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que encontradas desconformidades, a coisa será devolvida ao particular no estado em que se encontrar, tendo o mesmo prazo para devolver o objeto para a Administração.

3.2.1. Os pedidos serão de acordo com as necessidades das Secretarias, **sem quantidade mínima a ser solicitada para cada entrega;**

3.3. A entrega será no almoxarifado desta prefeitura, na **Av. Narciso Silva, número. 1.751 – Centro – Capão do Leão - RS**, no horário das 08h às 12hs, de segunda a sexta, sem ônus ao Município.

Obs: Durante a entrega, a carga e descarga do Objeto ficam sob responsabilidade da Empresa Vencedora.

### **4 – FISCALIZAÇÃO:**

4.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor Librando Jacobsen Filho, Almojarife, matrícula nº. 3283, contato através do telefone (53) 3275-1188;

4.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município e terá as seguintes atribuições:

4.2.1. Receber o objeto deste contrato, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), prazos, etc.;

4.2.2. Assegurar à contratada acesso as suas dependências/propriedades, por ocasião da execução deste contrato;

4.2.3. Agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) prestado(s) em desacordo com as especificações exigidas;

4.2.4. Comunicar oficialmente à seus superiores quanto à rejeição do(s) produto(s)/serviço(s);

4.2.5. Acompanhar, também, os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos e da apresentação das faturas, notificando a contratada, por escrito, quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

4.2.6. Certificar as notas fiscais correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento;

4.2.7. Exigir da contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

4.2.8. Recolher os produtos avariados, vencidos, ou em desconformidade com aquele ofertado para recolhimento pela empresa fornecedora e substituição do mesmo;

4.2.9. Avisar a empresa da necessidade do recolhimento de itens a serem substituídos;

4.2.10. Adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso.

### **5 – DA GARANTIA E QUALIDADE:**

5.1. Os produtos deverão apresentar qualidade aceitável, em conformidade às exigências editalícias;

5.2. A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que, encontradas desconformidades, a coisa será devolvida mediante Termo de Devolução assinado pelo responsável da entrega e recebimento, no estado em que se encontrar, tendo o mesmo prazo para devolver o objeto para a Administração;

5.2.1. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor;  
5.3. Decorrido o prazo do item 5.2, a sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo.

Capão do Leão, 13 de junho de 2019.

**Jorge Xavier da Silva Júnior**  
**Pregoeiro**



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Av. Narciso Silva, 1195

e-mail:licitacoes.cpl@gmail.com

Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

## ANEXO II - MODELO DAS DECLARAÇÕES

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA:

### **Declaração que atende o disposto no art. 7º Inciso XXXIII da CF**

Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

### **Declaração de inexistência de fatos impeditivos;**

Sob as penas da lei que inexistem fatos impeditivos de sua habilitação;

### **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação**

Sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências editalícias;

### **Declaração que não possui no quadro societário servidor público**

Sob as penas de Lei, que não possui no quadro societário servidor público na ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista no que tange esta administração;

### **Declaração que é Beneficiária da Lei 123**

Sob as penas da Lei que a empresa supracitada está enquadrada como ..... (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou MEI) e requer os benefícios da Lei Complementar 123.

### **Declaração de Suporte Técnico**

Sob as penas da Lei que a empresa supracitada, quando necessário, disponibilizará suporte técnico no Capão do Leão ou em um raio máximo de 50 km da sede do Município.

.....  
(Data)

.....  
(Representante legal)





Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Av. Narciso Silva, 1195

e-mail: licitacoes.cpl@gmail.com

Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2019

#### ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Data:

À Prefeitura de Capão do Leão

A empresa ....., com sede na Rua/Av. ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item	Descrição	Marca	Quant. Máxima	Valor Unitário R\$	Total do item R\$

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas que influam nos custos, como transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

Dados Bancários: Banco \_\_\_\_\_ Ag: \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

Fone/e-mail para contato: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal do proponente (CPF, RG, cargo, contato): \_\_\_\_\_

Dados do Responsável pela assinatura do contrato (CPF, RG, cargo, contato): \_\_\_\_\_

Prazo de Garantia: \_\_\_\_\_ (mínimo 12 meses)

Prazo de entrega: \_\_\_\_\_

Validade da proposta: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Carimbo do C.N.P.J.



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
Av. Narciso Silva, 1195  
e-mail:licitacoes.cpl@gmail.com Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

## ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços

### PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 099/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. /2019 VALIDADE: 1 ano

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2019, a Prefeitura Municipal de Capão do Leão/RS, sediada na Avenida Narciso Silva, nº. 1.195, nesta Cidade, inscrita no **CNPJ sob o nº. 87.691.507/0001-17**, neste ato representado por seu Prefeito, Mauro Santos Nolasco, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883 de 9 de junho de 1994, Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 095/2005, Decreto Municipal nº. 058/2006 e das demais normas legais aplicáveis, emite a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com o objetivo de formalizar o Registro de Preços, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 036/2019**, homologado em \_\_.\_\_.2019, onde a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida a \_\_\_\_\_, nº \_\_, Bairro \_\_\_\_ cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_, **CNPJ nº. \_\_\_\_**, Insc. Estadual: \_\_\_\_\_, fone: (xx)\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, por seu representante legal, \_\_\_\_\_, portador dos documentos CPF:\_\_\_\_ e RG:\_\_\_\_, é aqui denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**.

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

(detalhamento dos participantes: nº fornecedor e razão social)

As empresas detentoras da Ata dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do Processo e licitação acima especificadas, regidos pelas leis do preâmbulo e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

(detalhamento dos vencedores: nº fornecedor e razão social)

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de REGISTRO DE PREÇOS para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando (detalhe do objeto);

Tudo em conformidade com as especificações constantes no edital nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e atas do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este documento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado não beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, inscrito na ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de

classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

(fornecedor e itens ganhos, com as respectivas especificações, unidades, marcas, quantidades e preço unitário de todos itens)

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao estabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do § 5º do art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória de elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à ata da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida da pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado.

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observando o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente designados pelo órgão gerenciador.

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser considerada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior, estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação as penalidades.

### **CLÁUSULA III – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### **CLÁUSULA IV – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona"

#### **CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES**

- 5.1. Compete ao órgão gestor:
- 5.1.1. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador dos Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009.
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema de Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra/fornecimento.
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preço ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital.

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada.

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da Ata.

5.3. Compete ao Compromitente detentor da ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão }Usuário da ata de Registro de Preços.

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações.

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a administração, no prazo estipulado, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta ata.

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão.

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de registro de Preços.

## **CLÁUSULA VI – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela Administração, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2020;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela Detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação de cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro de preço deverá ser protocolizada no protocolo geral da administração, ou por e-mail, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## **CLÁUSULA VII – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuada mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, bem como a ficha orçamentária ou a fonte de recurso a ser usada para o montante do pedido.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, contendo o número de referência da ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o ato ao departamento de Compras, órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade e substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendem as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega, conforme manual do fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. As despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## **CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais ou conforme relatório mensal, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal à Contabilidade, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das certidões conjunta federal e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada, exceto quando da aquisição de bens e para empresas MEI's.

#### **CLÁUSULA IX – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no §4º do art. 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços correrão a cargo dos órgãos ou entidades usuários da Ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no Edital e ao que dispõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### **CLAUSULA XI - DAS PENALIDADES**

11.1. **Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

11.1.1. Ficar impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
- b) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) cometer fraude fiscal.

11.1.2. Ficar sujeito ainda às penalidades de:

- a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para os serviços previstos no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;
- b) Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato, limitado a 15 (quinze) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;
- c) Multa no valor correspondente de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato.

11.2. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

11.3. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

11.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integra esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 036/2019** e a proposta desta Empresa, classificada em 1º lugar no certame supra numerado;

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº. 8.883/94, pelo Decreto Municipal nº. 095/2005 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

#### **CLÁUSULA XIII – DO FORO**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Pelotas - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

\_\_\_\_\_  
**PROMITENTE FORNECEDORA**

\_\_\_\_\_  
**ENTIDADE GERENCIADORA**  
**PREF. MUN. DE CAPÃO DO LEÃO**  
Mauro Santos Nolasco  
Prefeito Municipal

Fiscalização: \_\_\_\_\_

*Recebe o fiscal cópia fiel deste termo.*





Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Av. Narciso Silva, 1195

e-mail:licitacoes.cpl@gmail.com

Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

## ANEXO V - Minuta do Contrato

### CONTRATO DE FORNECIMENTO

Termo de contrato que entre si celebram o fornecimento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº **87.691.507/0001-17**, representada pelo Sr. **Mauro Santos Nolasco**, Prefeito Municipal, com sede à Avenida Narciso Silva, 1620 – Centro – Capão do Leão/RS, doravante denominado simplesmente como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_, fone: \_\_\_\_\_ representada por \_\_\_\_\_, CI \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente como CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato decorrente do **Pregão Eletrônico nº. 036/2019** julgado em \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.2019, homologado em \_\_/\_\_/2019, regido pela lei federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A Contratada obriga-se ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PERIFÉRICOS E SOFTWARES**, para uso da Secretaria xxxxxx, observada a legislação vigente, edital e proposta financeira, conforme segue:

---

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO

2.1. Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo os valores unitários descritos na cláusula anterior.

2.2. Neste valor estão inclusas todas as despesas que influam nos custos, como transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, necessários para a perfeita entrega do objeto contratado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente despesa onerará os seguintes elementos econômicos:

a) Atividade:

Despesa:

Recurso:

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. Deverão ser entregues no prazo de 20 (vinte) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento/empenho, a ser definido em cada pedido, contendo as especificações/exigências constantes no Objeto.

4.2. A administração receberá provisoriamente o objeto para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que encontradas desconformidades, a coisa será devolvida ao particular no estado em que se encontrar, tendo o mesmo prazo para devolver o objeto para a Administração.

4.2.1. Os pedidos serão de acordo com as necessidades das Secretarias, **sem quantidade mínima a ser solicitada para cada entrega.**

#### CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE ENTREGA

5.1. A entrega será no almoxarifado desta prefeitura, na **Av. Narciso Silva, número. 1.751 – Centro – Capão do Leão - RS**, no horário das 08h às 12hs, de segunda a sexta, sem ônus ao Município;

Obs: Durante a entrega, a carga e descarga do Objeto ficam sob responsabilidade da Empresa Vencedora.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E GARANTIA

6.1. Os produtos deverão apresentar qualidade aceitável, em conformidade às exigências editalícias;

6.2. A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que, encontradas desconformidades, a coisa será devolvida mediante Termo de Devolução assinado pelo responsável da entrega e recebimento, no estado em que se encontrar;

6.2.1. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor;

6.3. Decorrido o prazo do item 6.2, sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo;

6.4. Garantia mínima de 12 (doze) meses de todos equipamentos comprados, contra problemas técnicos ou físicos que possam apresentar, conforme normas do Código de Defesa do Consumidor, prazo contado do recebimento definitivo;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega do objeto e fiscalização definitiva, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal pela Contabilidade, mediante depósito na seguinte conta bancária, informada pelo Fornecedor na proposta financeira:

7.2. Os pagamentos serão efetuados na seguinte conta, em nome do fornecedor, indicada no certame:

**Banco – \_\_\_\_\_ Agência - \_\_\_\_\_ Conta Corrente - \_\_\_\_\_**

7.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal;

7.3.1. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

7.3.2. Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar a comprovação de regularidade com o FGTS e com as Contribuições Sociais;

7.4. Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1%(um por cento) ao mês de juros;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração;

8.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

8.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9.1. **Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

9.1.1. Ficar impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

b) falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) cometer fraude fiscal.

9.1.2. Ficar sujeito ainda às penalidades de:

a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para os serviços previstos no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;

b) Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato, limitado a 15 (quinze) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;

c) Multa no valor correspondente de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato.

9.2. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

9.3. Não será aplicada multa se, justificadamente e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

9.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

10.1. Dos Direitos:

10.1.1. Da CONTRATANTE: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

10.1.2. Da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

10.2 Das obrigações:

10.2.1. Da CONTRATANTE:

10.2.1.1. Efetuar o pagamento ajustado; e

10.2.1.2. Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

10.2.1.3. Solicitar a entrega do objeto, observado o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

10.2.2. Da CONTRATADA:

10.2.2.1. Entregar o objeto de acordo com as especificações do edital no local informado na solicitação;

10.2.2.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10.2.2.3. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente contratação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

10.2.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

10.2.2.5. Manter atualizados e informar caso venham a ser mudados o endereço, telefone ou endereço eletrônico (e-mail) descritos no preâmbulo e que foram indicados no certame, para facilitar a comunicação entre as partes;

10.2.2.6. Não transferir a terceiros, ou subcontratar, o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

10.2.2.7. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração que ocorra na sua constituição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor Librando Jacobsen Filho, Almoxarife, matrícula nº. 3283, contato através do telefone (53) 3275-1188;

11.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município e terá as seguintes atribuições:

11.2.1. Receber o objeto deste contrato, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), prazos, etc.;

11.2.2. Assegurar à contratada acesso as suas dependências/propriedades, por ocasião da execução deste contrato;

11.2.3. Agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) prestado(s) em desacordo com as especificações exigidas;

11.2.4. Comunicar oficialmente à seus superiores quanto à rejeição do(s) produto(s)/serviço(s);

11.2.5. Acompanhar, também, os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos e da apresentação das faturas, notificando a contratada, por escrito, quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

11.2.6. Certificar as notas fiscais correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento;

11.2.7. Exigir da contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

11.2.8. Recolher os produtos avariados, vencidos, ou em desconformidade com aquele

ofertado para recolhimento pela empresa fornecedora e substituição do mesmo;

11.2.9. Avisar a empresa da necessidade do recolhimento de itens a serem substituídos;

11.2.10. Adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE**

12.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n. o 8.666-93, após análise, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido por qualquer das partes, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, a ocorrência de uma das condições injeadas nos termos da lei, a justificar o desequilíbrio contratual;

12.2. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzindo eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o INPC/IBGE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

13.1. A vigência do presente contrato fica estabelecida deste a assinatura até     .    .**20xx**, data limite para a entrega do objeto;

13.2. Poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, sendo devidamente justificado, e com a anuência da CONTRATADA, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro de Pelotas/RS para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Edital, os anexos a ele e as normas contidas na Lei 8666/93;

15.2. E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual forma e teor.

Capão do Leão,      de                      de 2019.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

Fiscalização:

\_\_\_\_\_

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em,     /    /    

\_\_\_\_\_